

**Gonzalo Acosta Bono, Ángel del Río Sánchez e José María Valcuende del Río (coord.)**

***La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las Ciencias Sociales***

**Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia, Junta de Andalucía, 2007**

Este livro reúne um conjunto de trabalhos de investigadores de diferentes áreas das ciências sociais e de activistas dos movimentos sociais realizados no curso La Recuperación de la Memoria Social (2005 e 2006), da Universidade Pablo de Olavide (UPO) de Sevilha. Pretendeu-se neste curso unir Universidade e representantes dos movimentos sociais em torno da recuperação da memória histórica da II República, da guerra civil e da repressão franquista. Com este propósito, historiadores, antropólogos, filósofos, psicólogos, geógrafos, arqueólogos, professores e sindicalistas, partilhando de uma acção comum, apresentam-nos uma resposta científica e política para o estudo da recuperação da memória, cientes de que *não existe ciência sem ideologia* (p.16). Consequentemente, este livro tem por objectivo proporcionar uma série de materiais *para a reflexão, e para a acção* (p.12). Para a Reflexão, por oferecer perspectivas multidisciplinares de análise da Memória, vinculadas a contextos históricos e sociais concretos. Para a Acção, por facultar um conjunto de ferramentas metodológicas e técnicas para a recuperação de testemunhos, fundamentais a uma nova releitura da História, e ao reconhecimento social e político de grupos minorizados pelo poder.

Ao longo de vinte artigos encontramos diferentes perspectivas multidisciplinares, relacionando visões interdisciplinares a partir de um campo teórico partilhado, a Memória, articulada a eixos de transversalidade como: memória e história; memória e ética; memória e representações; memória e técnicas de investigação. Trata-se de uma obra socialmente comprometida, determinada a dar voz a grupos silenciados, contribuindo para o reconhecimento dos seus direitos, e para o questionamento de uma historiografia oficial que durante anos os olvidou.

Valcuende del Río (professor do Departamento de Ciências Sociais da UPO) apresenta uma reflexão, desde uma perspectiva antropológica, sobre “Memoria e Historia: individuos y sociedad”, articulando memória individual e colectiva, recordação/esquecimento como instrumentalização política da história, e memória oral e história. Para este autor a diferenciação entre memória individual e colectiva é uma falácia, pois todo o indivíduo é social, pelas representações simbólicas apreendidas, pela forma como interage, pela sua compreensão do mundo, e consequentemente pela forma de recordar e olvidar. Logo, toda a memória é colectiva, alimentada e transformada a partir de referentes culturais e da interacção social, que simultaneamente a condiciona. Neste sentido, as recordações individuais, ou de grupo, estão sujeitas a factores

que podem alterar o seu sentido e significado, cabe ao investigador compreender as circunstâncias passadas e presentes da sua construção. Neste processo de interpretação, se a memória condiciona a nossa acção é também um recurso, *que se transforma em função de contextos históricos e pessoais* (p.23). Por outro lado, a memória é constantemente instrumentalizada pelos indivíduos e pelos grupos sociais em cada momento histórico e biográfico, e este é um problema fulcral para os investigadores que não acreditam na objectividade do conhecimento, independentemente do rigor que qualquer processo de investigação deve implicar. Daí que a “verdade histórica” represente apenas um objectivo teórico-metodológico, pois existem muitas “verdades” *que nos ajudam a criar uma interpretação global de um fenómeno histórico* (p.28). Como nos diz Valcuende del Río, apesar de nem toda a memória ser história, toda a história, escrita ou oral é memória, *e neste sentido fazer história é uma forma de nos posicionarmos* (p.30).

A Recuperação da Memória Histórica (RMH) em Espanha é um movimento social para o qual contribuíram os familiares das vítimas do franquismo e o contexto político após a vitória do PP em 1996, que possibilitou a ruptura do “pacto de silêncio” mantido *desde a “transição” política da ditadura à democracia* (p.106). No estudo “La Memoria Histórica, en escena. Demandas y movimientos sociales”, o antropólogo Ángel del Río (membro do Grupo de Investigación Social de Acción Participativa da UPO) procede a uma análise dos movimentos de cidadãos e das iniciativas vinculadas a contextos marcados pela repressão e pela violência política, visando dignificar as memórias dos “vencidos da guerra”. Trata-se de um movimento impulsionado por uma geração descomprometida politicamente com a “transição democrática”. Assim o testemunham os versos de um tema musical de um grupo punk basco: “Somos los nietos de los que nunca pudisteis matar/Somos los nietos de los que perdieron la Guerra Civil”, que, segundo del Río, expressam uma das principais características deste movimento social; *a identificação de uma geração com as suas origens sociais e políticas* (p.109). Recupera-se assim não apenas a memória dos represaliados da guerra como valor social, mas a identidade de uma nova geração democrática. Neste trabalho, Ángel del Río analisa a eclosão, motivações, diligências e características sociais deste movimento que busca resgatar um lugar na História para as vítimas da repressão franquista. Por sua vez, o sindicalista Cecilio Gordillo (coordenador do projecto Todos los Nombres) focaliza o seu trabalho numa reflexão sobre a acção política do movimento, defendendo que este *não está movido por ânimos revanchistas, opondo uma memória roja, a uma memória azul* (p.120), a sua importância social reside na construção de uma sociedade democrática.

As primeiras abordagens teórico-metodológicas pela RMH partiram de historiadores desvinculados do mundo académico, que alargaram fontes e conhecimentos recorrendo à história oral e aos arquivos da repressão. José Luis Gutiérrez e Francisco Espinosa (historiadores deste movimento) apresentam-nos, respectivamente, as

diferentes abordagens bibliográficas sobre a recente História de Espanha e a corrente revisionista, e uma reflexão sobre a “controversa memória histórica”, geradora de diferentes posicionamentos académicos e políticos. Mostrando que o debate em torno da validade do conceito “memória histórica”, alimentado por alguns académicos e “fazedores de opinião”, permanece, sustentado na subjectividade e na fragilidade da Memória como fonte de conhecimento e no “reabrir de feridas” na sociedade espanhola.

Contrariando esta corrente, os autores deste livro fornecem-nos, sem dubiedades, os fundamentos científicos e políticos das suas investigações, sustentadas num *pasado que no puede pasar* (p.46). Passado que, ao ser rememorado, contribui para a construção identitária dos sujeitos, interceptando a dimensão individual e social da construção da identidade e da memória, tema central dos artigos dos psicólogos sociais José Antonio Sánchez e Maria Marco Macarro. Mas se a análise da memória e da identidade são inseparáveis, exigem igualmente uma reflexão ética, presente no trabalho de José Emilio Palacios, desde uma perspectiva filosófica, complementado pelo de Miriam Pérez Bernal, sobre o direito à dignidade e justiça dos vencidos da guerra. Logicamente, o conhecimento histórico, a identidade social e a ética conduzem à noção de Património, entendido como espaços, objectos e ideias com as quais se identificam grupos sociais distintos, mas sobretudo como processo e como reflexo da diversidade social e cultural de uma sociedade que se quer plural. Em resposta a estas questões Gonzalo Acosta (geógrafo) e Victoria Quintero (antropóloga) apresentam-nos um estudo sobre a articulação entre Memória, Cultura e Património. Mas entre as construções culturais onde a memória adquire sentido e significado está a paisagem, “os lugares de memória”, tema dos trabalhos de Gonzalo Acosta (geógrafo) e Pedro Cantero (antropólogo), analisando como os indivíduos e as memórias se entrelaçam no espaço. Outras representações da memória estão presentes na expressão artística e literária, manifestando uma diversidade de sensibilidades e perspectivas de abordagem, que neste livro o escritor Isaac Rosa destaca através da literatura e da ficção, ferramentas eficazes na construção da memória social.

Por último, os antropólogos Ángel del Río e Valcuende del Río examinam um conjunto de técnicas para a recolha e análise de testemunhos, construção de histórias de vida, de microbiografias e diferentes metodologias para a RMH. Como resultado da aplicação de distintas metodologias temos os trabalhos de alguns alunos do curso da UPO, como o emocionante texto de Paqui Maqueda (vice-presidente e fundadora da Asociación Andaluza Memoria histórica y Justicia), recuperando as memórias dos seus familiares, represaliados da guerra civil. Juan Sánchez (professor de Línguas, Literatura e Francês na ESO) procede a uma análise comparativa sobre o período da II República, da Guerra Civil e do franquismo nos livros escolares do 4º ano da ESO, onde a repressão é igualada entre os “dois bandos”, e os desaparecidos apagados da história. Noutra perspectiva, Magdalena González

(professora do ensino secundário e historiadora) apresenta uma proposta para a criação de uma rede que envolva alunos do ensino secundário e o Banco Audiovisual de la Memoria Social de la Andalucía, na recolha de entrevistas para o arquivo audiovisual. José Maria López (Educador de Adultos e licenciado em historia) dá-nos conta do projecto realizado com os seus alunos, no ateliê de recuperação da memória histórica e social, através da construção de histórias de vida. Asunción García (professora do ensino secundário e historiadora) fala-nos do trabalho de história oral “Las escuelas de nuestros abuelos” desenvolvido com os seus alunos, permitindo-lhes conhecer e reflectir sobre o ensino e as condições de vida dos seus avós. Lara Rodríguez (geógrafa e coordenadora de actividades da Asociación Andaluza MHJ) propõe a criação de uma base de dados e de um sistema de informação cartográfica para identificação das fossas comuns na Andaluzia. Ignacio Muñoz (arqueólogo e museólogo) apresenta uma proposta para o ecomuseu da Memória, localizado no antigo campo de concentração franquista de “Los Merinales” (Sevilha), onde se explorou trabalho-escravo.

Este conjunto de artigos, sustentados em diferentes metodologias e objectos, proporciona o acesso a ferramentas de trabalho, assim como a uma diversidade de estudos em torno da recuperação da memória histórica da repressão, demonstrando que *el olvido está lleno de memoria*.

Maria Dulce Antunes Simões  
Bolsista da FCT  
CEEP/CRIA

**Manuel Loff**

***“O nosso século é fascista!” O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)***

**Porto, Campo das Letras, 2008**

Centrada no estudo das produções e reflexões em torno do lugar histórico do salazarismo e do franquismo no contexto da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial, esta obra apresenta uma análise crítica inovadora, incómoda e polémica, em relação à evolução do posicionamento e comportamento das ditaduras ibéricas à luz das suas próprias auto-definições, isto é, das visões fabricadas por cada um dos regimes, bem como das hetero-definições construídas por entidades exteriores com interferência na trajectória histórica de Portugal e Espanha.

Tendo como objecto de estudo as formas institucionais, a ideologia, as mentalidades, a cultura e a prática política, o autor baseia a sua investigação na relação teoria-prática/ideologia-acção dos actores sociais, com o propósito de fazer emergir o percurso ideológico desenhado no seio dos sistemas de poder dos regimes liderados por António de Oliveira Salazar e Francisco Franco. Partindo do pressuposto analítico e metodológico de que os fenómenos históricos, não obstante assumirem diferentes fisionomias e versões consoante os contextos nacionais, não

deixam de se configurar como um mesmo fenómeno, o território de análise desta obra, remete-nos para uma multiplicidade de fontes documentais que nos revelam que os sistemas de hegemonia política, económica e militar dos regimes fascistas europeus têm muito mais de semelhanças do que de diferenças. Neste contexto, e ao invés de hierarquizar e sobrevalorizar a excepcionalidade das ditaduras ibéricas, o autor defende que o salazarismo e o franquismo constituem fórmulas políticas que integraram uma linha geral europeia, associada ao projecto de construção de uma *Nova Ordem*. Por outro lado, mais do que classificar, categorizar ou avançar com modelos explicativos do posicionamento internacional e da natureza do relacionamento externo entre Estados, Manuel Loff debruça-se sobre as transformações operadas na identidade dos regimes salazarista e franquista durante a fase mais intensa do eurofascismo, numa análise que revela a natureza oportunista e plural da imagem construída e veiculada pelos próprios protagonistas, ilustrativa das contradições existentes entre os discursos ideológicos que são produzidos no seio de um mesmo regime em conjunturas diversificadas.

Apresentando um notável esforço de resenha crítica sobre a principal produção referente ao estudo da política externa portuguesa durante a II Guerra Mundial, e ao papel de Portugal e Espanha nas transformações políticas, sociais e económicas vividas neste período, Loff destaca a escassez de análises sobre os aspectos sócio-económicos e ideológicos dos regimes, e a ênfase conferida ao campo militar, estratégico e político-diplomático. É, precisamente, por esta razão, que esta obra representa um contributo inestimável para a reflexão intelectual em torno à variabilidade de imagens associadas à base ideológica sobre a qual se fundavam as opções da política interna e externa dos Estados de Portugal e Espanha. Por outro lado, reconhecendo o atraso da historiografia portuguesa no estudo desta temática, o autor pretende que a sua investigação possa revelar factos e imagens que têm sido persistentemente desvalorizados, pelo seu carácter disfuncional em relação à interpretação prevalecente, da suposta neutralidade de Portugal e Espanha na II Guerra Mundial, bem como corrigir as omissões sobre a adesão destes países ao projecto eurofascizante de uma *Nova Ordem* europeia.

A desconstrução da visão dominante da neutralidade do Estado português, da sua proximidade ao aliado britânico, da vocação atlântica do país e da hostilidade do regime em relação aos projectos do Eixo, passa pelo cruzamento de diversas fontes documentais cujo tratamento denota um rigor metodológico e um cuidado na validação e avaliação da fidedignidade dos conjuntos documentais considerável, evidenciado pela confrontação das compilações produzidas pelos próprios agentes políticos, com os documentos conservados nos arquivos nacionais e que estão hoje acessíveis aos investigadores. Telegramas, ofícios, relatórios, notas, actas, recortes de imprensa, publicações da Administração, produzidos não só

pelos chefes de Estado e Governo, mas por muitas outras personagens ligadas à administração do Estado, juntamente com publicações periódicas e contribuições de académicos, intelectuais, escritores e jornalistas, são alguns dos suportes analisados, pela sua relevância para a formulação e fixação do pensamento político e para a construção da memória histórica oficial deste período.

Estruturada em nove capítulos, a obra começa por introduzir as origens históricas e ideológicas da *Nova Ordem*, concebida como um modelo e instrumento de mudança no plano da organização política, económica e social europeia, e percebida como uma oportunidade histórica para o regresso à unidade, à ordem e à moral, para de seguida explorar as transformações operadas na relação de Portugal e Espanha com este projecto no contexto específico da II Guerra Mundial. A avaliação proposta pelo autor permite identificar um fundo ideológico comum e um conjunto de preconceitos partilhados pelo universo eurofascista, no qual inclui os regimes políticos dirigidos por Salazar e Franco, que se auto-definiam como revolucionários, contrários à plutocracia e ao comunismo, defensores dos impérios e das consciências imperiais. A partilha da crença na necessidade de dismantelar a estrutura liberal e democrática dos estados contemporâneos, bem como de reprimir as pressões sociais, políticas e culturais de esquerda que ameaçavam a ordem social e a economia capitalista, emergia como forma de resolução dos conflitos e desequilíbrios observados no continente europeu, no que se perspectivava como um processo histórico de superação da própria história, conducente à criação de uma *Nova Ordem* e à inauguração de uma *Nova Era*.

As vitórias militares alemãs e italianas foram fundamentais numa fase marcada pelo desejo de renovação das instituições políticas e reorganização social, económica e espiritual, susceptível de criar uma irmandade ideológica continental, construída não só pelos regimes fascistas centrais, Alemanha e Itália, mas igualmente resultante da contribuição de outros, como Portugal e Espanha, que conferiam uma coerência global às diferentes expressões nacionais que operavam sobre realidades sociais, económicas e culturais diversificadas. Contudo, quando as evidências no cenário bélico começaram a apontar para um desfecho diferente ao inicialmente previsto, a máquina propagandística das ditaduras ibéricas apressou-se a reinterpretar acções e intenções, dando início a um processo de branqueamento da história que resultou na produção de discursos que sobrevalorizavam as ideias de “excepcionalidade” e “inevitabilidade”, como forma de naturalizar o envolvimento de Portugal e Espanha neste processo e, assim, pacificar potenciais conflitos resultantes da existência de memórias contrapostas.

As estratégias de superação do passado passaram pela ocultação e revisão de factos (agora) incómodos, como a desconfiança dos regimes salazarista e franquista em relação aos judeus, o discurso anti-americano, a classificação dos resistentes ao regime nazi como terroristas, as críticas à presença britânica no mundo e o entusiasmo pelo projecto político,

estratégico e civilizacional da *Nova Ordem*. No caso português, a recuperação da aliança com a Grã-Bretanha, a cedência de bases militares aos EUA, a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte, a reinterpretação da questão judaica e a redefinição do regime de Salazar como católico, conservador e nacionalista, constituem alguns dos argumentos utilizados na construção de uma leitura histórica que visa demonstrar a neutralidade de Portugal, bem como o seu distanciamento em relação às potências vencidas e ao projecto da *Nova Ordem*.

Numa análise que cruza as ideias e os valores a partir dos quais se constrói o projecto de acção política com a conjuntura histórica e os condicionalismos práticos da realidade social, o autor demonstra como o pragmatismo das posturas e acções, que por vezes parece contrário a alguns princípios ideológicos dos regimes, se configura como estratégia de adaptação que visava assegurar a sua sobrevivência. Neste contexto, a apresentação dos regimes ibéricos como ditaduras conservadoras ou autoritárias, e a secundarização de aspectos como a repressão dos vencidos da Guerra Civil de Espanha, as perseguições à oposição nos meios populares industriais e rurais em Portugal, as deportações, os campos de concentração, a Guerra Colonial, ou acolhimento a fugitivos da justiça aliada, fazem parte de um processo de reinterpretação da história e “des-identificação” das ditaduras ibéricas com o fascismo, destinado a tornar estas experiências políticas mais “aceitáveis” e facilitar o relacionamento destes países com um passado incómodo e não tão distante.

A obra de Manuel Loff constitui, pois, uma importante e necessária reflexão sobre acontecimentos e factos históricos que revelam a existência de contradições notáveis ao nível dos discursos produzidos no seio dos regimes salazarista e franquista. Ao evidenciar a diversidade de representações associadas às ditaduras ibéricas, esta obra representa uma referência incontornável na interpretação crítica deste período da história de Portugal e Espanha.

Marta Anico

Professora Auxiliar

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Universidade Técnica de Lisboa

**Graça Índias Cordeiro, Frédéric Vidal (org.)**

***A Rua. Espaço, tempo, sociabilidade***

**Lisboa, Livros Horizonte, 2008**

Graça Índias Cordeiro, pioneira da Antropologia Urbana em Portugal, docente e investigadora no ISCTE, e Frédéric Vidal, colaborador do Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa da mesma instituição, são os responsáveis pela organização desta obra a partir de um conjunto de textos apresentados no colóquio

realizado no ISCTE, em 2005, “O Lugar da Rua. Cidade, tempo, sociabilidade”. Este evento marca o início de um projecto de investigação pluridisciplinar mais amplo, “A Cidade e a Rua: uma aproximação etnográfica à vida urbana”, que integra os organizadores e alguns dos autores que participam neste livro.

Ao longo de doze textos e a partir das palavras-chave presentes no título, investigadores de diferentes áreas disciplinares – Antropologia, Arquitectura, História e Sociologia – contribuem para a afirmação da rua enquanto uma janela reveladora da vida e da cultura urbanas, evidenciando, através dos vários casos estudados, a multiplicidade de abordagens possíveis.

A rua passou a estar associada ao “modo de vida urbano”, com as cidades industriais, já que é no espaço público que a modernidade tem expressão, assim como as novas vivências e sociabilidades, marcadas pelas relações de anonimato. Esta é uma das imagens que, por ser estanque, condiciona e limita a reflexão sobre a questão urbana. Um outro exemplo, de que nos fala Tim Sieber, é o da Antropologia norte-americana, que começa por tratar a rua dos pobres, da marginalidade e do exótico, e que acaba por ser rejeitada com a proposta de Fox de uma perspectiva holística da realidade estudada.

Assim, aos autores desta obra não interessa alimentar “ideias de rua”, mas antes “revelar o sentido que a interacção urbana quotidiana adquire para cada cidadão, nos lugares que habita e percorre, nos papéis que desempenha, nas representações que fabrica. É a rua à escala de quem a vive o que nos interessa descobrir, discutir, problematizar.” (p. 9).

No primeiro artigo, Michel Agier identifica o princípio urbano ao estudar o caso-limite dos campos de refugiados. Estes, num primeiro momento, são espaços artificiais, construídos e organizados por agentes de ajuda humanitária, que asseguram um mínimo de condições materiais, e onde vive uma população heterogénea e desenraizada por tempo incerto. Pouco a pouco, essas mesmas pessoas atribuem-lhes significados na sua vivência quotidiana, apropriação e transformação, construindo-os assim socialmente, como à sua nova identidade.

A importância das noções de modernidade na construção social e física da rua aproxima os dois textos seguintes, que confrontam a nova e a velha cidade em dois contextos muito diferentes. Na Paris do século XIX – diz-nos Maurizio Gribaudi depois de analisar os discursos de higienistas, arquitectos e escritores da época – os novos *boulevards* são tidos como a representação da vida moderna, enquanto que os bairros históricos são vistos como infestantes, marginais e pitorescos; todavia, uma observação atenta de registos, gravuras e plantas, revela a vida intensa e, defende o autor, moderna, das ruas destes lugares, uma vez que nelas se concentram as actividades que garantem o estilo de vida da outra cidade, de forma articulada e complementar.

Sieber, por sua vez, compara a vivência de uma rua popular de Alfama, onde encontra manifestações das dinâmicas de uma cidade global(izada)

como Lisboa, com o uso do espaço público na Expo'98, controlado pela organização de acordo com a imagem de progresso e modernidade que se procurava transmitir.

Vidal trata da Lisboa do século XIX, para propor a identificação dos domicílios como fonte de informação sobre as representações do espaço urbano, tanto de entidades exteriores como são os correios – hierarquiza a cidade por zonas e tem na rua o principal referente – como dos moradores, que se situam sobretudo em relação a lugares afectivamente investidos. A questão da normativização do espaço público é também abordada por Susana Durão no seu trabalho sobre o polícia enquanto actor da rua e agente na sua construção e, simultaneamente, detentor de uma cartografia profissional e moral específica da cidade.

O papel dos projectos de arquitectos, urbanistas ou construtores na vivência futura dos espaços públicos pelos seus moradores é o mote dos artigos seguintes. João Nunes e Luís Baptista ligam esta questão à da circulação, através da comparação dos dois casos estudados: se no bairro de Olivais Sul, planeado a pensar na criação de fortes redes de vizinhança, as ruas promovem o encontro dos moradores, no Bairro do Rego, o investimento como objectivo, reflecte-se na função única de circulação automóvel das vias em detrimento de um planeamento cuidado. A arquitecta Mónica Farina, por sua vez, conclui que o papel de destaque dado à rua no projecto do conjunto de habitação social Matriz H, no Bairro da Flamenga de Chelas, coincide com o uso dos espaços pelos seus habitantes, ainda que seja a experiência relacional entre eles, e não a funcional, o factor determinante na criação desta cultura urbana local.

Também Rita Cachado se debruça sobre a rua num bairro de habitação social, o Bairro da Quinta da Vitória, agora explorando-a enquanto espaço privilegiado para a observação de fenómenos de diferenciação cultural. Assim, analisa os discursos construídos por e sobre os diferentes grupos culturais residentes – africanos, ciganos e hindus – e apercebe-se de que os últimos têm uma presença dominante, não só física mas também identitária, pelos usos da rua nos itinerários quotidianos e também em momentos rituais.

A questão do peso das imagens de modernidade na concepção dos espaços é retomada por Joan Pujadas que compara a influência que eventos como a Expo'98 e as Olimpíadas de '92 tiveram em bairros populares das respectivas cidades de Lisboa e Barcelona, ambos representativos de uma cidade velha e tradicional. Se no primeiro caso, da Madragoa, houve um processo lento de reabilitação que permitiu uma integração da novidade no existente, no segundo, do Raval, a súbita modernização destruiu quase por completo as redes e sociabilidades originais, agora marcadas pela falta de coesão.

O uso político das ruas é focado por Fátima Ferreira no seu estudo sobre as festas liberais e contra-revolucionárias em Portugal, no século XIX. Conclui que enquanto que nas primeiras funciona um forte dispositivo simbólico para educar politicamente as massas, mas

mantendo-as como espectadoras, nas últimas predomina uma estratégia populista de realização de grandes festas populares, onde se constrói a figura carismática do rei.

A fechar o livro está um interessante artigo de Yves Lequin, que parte de uma síntese dos assuntos abordados para tecer considerações gerais sobre a rua, conseguindo conceder à obra uma coesão que por vezes parece falhar, assim como a abertura de novos caminhos de reflexão. Começa por aplaudir o encontro entre a História e a Antropologia no esforço de compreensão de uma realidade que está em constante mutação, deixando, contudo, de fora as restantes disciplinas que contribuem para o mesmo fim. Parece-nos, aliás, que entre elas existe uma colaboração e não um verdadeiro diálogo, porventura enriquecedor.

“Será que a rua ainda é a rua?” (p. 169) é a pergunta provocatória que deixa e que leva o leitor a repensar alguns dos textos lidos. A função da rua é cada vez mais limitada à da circulação, o que, sugere o autor, a aproxima dos “não-lugares” de Augé. Todavia, há um importante uso social da rua que se mantém: o político. É aí que, ainda hoje, o direito democrático é defendido e reivindicado, onde “outrora, a democracia nasceu” (p. 170).

Assim, o conjunto de textos seleccionado pelos organizadores evidencia a variedade de abordagens possíveis à rua, aqui analisada em contextos e tempos diferentes, e de acordo com perspectivas disciplinares diversas, mas sempre enquanto elemento essencial à apreensão da vida e cultura urbanas. Como vimos, esta ideia só é questionada no último texto e é a partir da sua leitura que nos perguntamos: serão os casos aqui apresentados excepções? Será que a rua é, de facto, indispensável à compreensão da vida urbana?

Teresa Nóvoa

Licenciatura em Antropologia – FCSH-UNL

**Maria José Fazenda**

***Dança Teatral, Ideias, Experiências, Acções***

**Lisboa, Celta Editora, 2007**

Na sua definição de dança teatral, apoiada pela antropologia interpretativa de Clifford Geertz e aplicada à dança por Cynthia Novack, Maria José Fazenda fornece neste livro excelentes pistas para o esclarecimento de termos e conceitos comumente utilizados sobre dança.

Para tal, contribuíram a sua experiência enquanto praticante regular de várias técnicas de dança como aluna do conservatório nacional (fez o Curso de Dança do Conservatório Nacional), a sua experiência de palco enquanto intérprete de alguns coreógrafos da Nova Dança Portuguesa e, finalmente, o acompanhamento muito próximo dos trabalhos coreográficos mais relevantes da contemporaneidade que

aprofundou oportunamente com a actividade de colaboradora com o jornal *Público* como crítica de dança.

A colaboração com o *Público*, entre 1992 e 2001, foi um factor muito decisivo no acesso a fontes primárias. Aqui destacam-se várias entrevistas feitas a Bill T. Jones e Francisco Camacho, bem como o acesso, ao vivo, a uma grande parte dos trabalhos destes autores. Fazenda debruça-se ainda sobre o trabalho de Merce Cunningham que forma o núcleo do terceiro capítulo do livro.

A experiência de Maria José Fazenda enquanto docente e investigadora (Professora Adjunta na Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa, doutorada em Antropologia pelo ISCTE), enforma, naturalmente, todo o estudo. Em *Dança Teatral, Ideias, Experiências, Acções* propõe demonstrar, através de estudos de caso, que a dança teatral é uma prática de interesse sociocultural tanto no domínio das vivências individuais (quando os criadores fazem comentários sobre a sua vida e experiências) como no domínio das vivências sociais (uma vez que os principais intervenientes da actividade - bailarinos e coreógrafos - usam o corpo para estabelecer modelos de interacção, dando visibilidade a ideias, a valores e a símbolos, funcionando no domínio das experiências culturais). (p.1)

O livro divide-se em cinco partes, nas quais Maria José Fazenda examina, num enquadramento de diversas perspectivas e em diferentes contextos, as características específicas da dança, acabando por focar a dança teatral.

A separação física entre *performers* e espectadores, e a desejada comunicação entre ambos, são dois factores que determinam uma performance, cujo contexto de ocorrência e propósito é o teatral. A autora propõe-se demonstrar que na dança teatral, o coreógrafo mobiliza um conjunto de convenções estilística e culturalmente significativas, pondo em acção modos de procedimento indissociáveis dos tipos de interacção social que um agente criativo pretende actualizar, e através dos quais os valores e ideias das pessoas se tornam visíveis. Nos exemplos dados pela autora, as experiências e especificidade do contexto são deliberadamente materializadas pelo criador, que por sua vez também processa a sua biografia e história enquanto sujeito. Segundo Maria José Fazenda, tal como uma moldura, a dança teatral destaca, um evento dos outros eventos do mundo, reportando-se a eles reflexivamente. (p. 2)

Nos três últimos capítulos do livro, Fazenda fala sobre os coreógrafos Merce Cunningham, Bill T. Jones e Francisco Camacho.

A autora foca o trabalho destes três criadores por serem representativos de abordagens de três gerações diferentes. Analisa, assim, o modo como cada um transforma, rejeita ou reconfigura os elementos herdados e a multiplicidade de vias de expressão que reflectem determinado contexto histórico-cultural. Por outro lado, estes três criadores distinguem-se nas concepções de dança e propósitos criativos. Enquanto para Cunningham a dança não tem como missão formar universos de significação, Bill T. Jones tanto constrói universos mais

abstractos como define para as suas danças propósitos mais narrativos, enquanto que no trabalho de Francisco Camacho, o núcleo expressivo reside nos elementos de teatralidade. (p. 2)

Nos primeiros capítulos do livro, para além de distinguir a dança teatral da dança social e da dança ritual, Fazenda demonstra como alguns conceitos e categorias sobre as práticas da dança são pouco consensuais, dando o exemplo paradigmático da dança teatral euro-americana, na qual só aparentemente é que as convenções que definem a dança e as “palavras” que designam os praticantes desta actividade, são estáveis.

Os termos “dança”, “performance”, “bailarino”, “performer”, “intérprete”, “peça”, “coreografia” e “dramaturgista” levantam uma série de questões, quer seja no que tem que ver com o significado do conceito, quer no contexto em que são usadas, tal como por exemplo, em programas de espectáculo. Depois de classificar um determinado espectáculo como “de dança”, frequentemente é opinado: “isto não é dança”. Por vezes, espectadores e bailarinos de um determinado grupo para se referirem criticamente a um espectáculo que, não fazendo parte do seu universo de referências, não reconhecem, usam essa expressão. Os criadores Vera Mantero, Francisco Camacho e João Fiadeiro, entre outros, demarcam-se de um estilo virtuoso que consideram estar associado à noção de “dança” e a um treino de bailarinos orientado para a aquisição de técnicas de movimento extraordinárias em contraponto com as técnicas de movimento quotidiano.

Segundo Fazenda, quando determinados autores excluem os termos “dança” e “bailarino”, estão também a rejeitar o movimento extra-quotidiano, excessivo, construtor de personagens heróicas e ilusões ou simulador de metamorfoses. Pois a sua preocupação é precisamente aproximar as suas representações das experiências e comportamentos das pessoas comuns. (p.12, 14)

No segundo capítulo do livro, a autora avalia os contributos de Marcel Mauss, Pierre Bourdieu e Susan Leigh Foster para a compreensão da dimensão social e culturalmente construída do movimento do corpo, nomeadamente os processos de incorporação de uma técnica, ou de um estilo de movimento que envolva as dimensões sensoriais, tais como o sentido cinestésico.

Se por um lado, as técnicas se referem às formas como os homens de diferentes culturas se sabem servir dos seus corpos (variação que é também histórica), por outro, segundo Marcel Mauss em *Manual de Etnografia*, as técnicas de corpo na dança têm um carácter extraordinário, quando comparadas com a forma como usamos o corpo no quotidiano. (p.48)

As técnicas quotidianas são consideradas, no interior de um grupo ou sociedade, como naturais e adquiridas por todos. O corpo nunca se movimentou de forma “natural”, no entanto, esta busca de um movimento natural é recorrente nos discursos sobre dança, emergindo, sobretudo, em momentos de ruptura estética (nos quais os seus

intervenientes exprimem concepções de *self* mais livres e descomprometidas em relação ao que consideram ser o elitismo e artificialismo do passado ao qual se opõem). Esta ideia de “corpo natural”, foi analisada por Fazenda em 1996, num texto onde utiliza o conceito “corpo naturalizado”. (p.53)

A autora refere-se ainda aos processos de incorporação de uma técnica e a importância da consciência cinestésica nestes mesmos processos. Refere igualmente as repercussões da fenomenologia, nomeadamente, das obras de Merleau-Ponty, nos estudos antropológicos. Neste livro, tanto a análise de abordagens ideológicas e políticas por parte de autores da dança teatral, como as pontes que estabelece entre a fenomenologia de Merleau-Ponty e a incorporação de técnicas do corpo, bem como o esclarecimento de determinados conceitos (tal como a tradução para português de certos termos em voga no meio da dança), constituem, definitivamente, um contributo importante na área e abrem portas para a continuação dos estudos sobre dança.

Sílvia Pinto Coelho  
FCSH/UNL

**Xerardo Pereiro, Luís Risco e César Llana (org.)**

***As fronteiras e as identidades raianas entre Portugal e España***

**Vila Real, Sector Editorial dos SDE, 2008**

Este livro reúne o conjunto de textos das conferências proferidas no Curso de Verão “As fronteiras e as identidades raianas entre Espanha e Portugal” que decorreu em Chaves e Ribadavia (Ourense) entre 12 e 15 de Julho de 2006. O curso foi organizado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade de Vigo e Museo Etnolóxico de Ribadavia e contou com várias visitas de estudo, designadamente a Vilarelho da Raia, Cambedo e Tourém.

O volume conta com 13 capítulos assinados por Justo Beramendi (“Portugal no ideário galeguista: 1840-1936”); Luis Martínez-Risco (“A fronteira encontrada”); Martín Gómez-Ullate (“Olhares cruzados. Un proyecto museológico de las relaciones entre portugueses y españoles”); José María Valcuende del Río (“Procesos de territorialización y desterritorialización de las zonas fronterizas”); Emilio Rivas Calvo e Carlos d’Ábreu (“La navegación en el Río Duero”); Paulo Jablonski (“O percurso dos recursos. Intermediários e relações clientelares alén e aquén da Raia minhota. Dous estudos de caso”); Eusebio Medina (“Elucubraciones en torno a la ‘identidad rayana’”); Francisco Diniz e Chris Gerry (“Estratégias transfronteiriças de médias, pequenas e micro empresas na raia transmontana-zamorense”); Xosé Manuel Cid, Santiago Veloso, Lurdes Carita e Xerardo Feijóo (“A experiência de Ponte... nas Ondas! e a candidatura do património imaterial galego-português á UNESCO”); Camino Noia (“A construção da fronteira hispano-lusa na literatura de tradición oral”); Xulio Pardellas (“A construcción da

eurorrexión Galicia-Norte de Portugal”); Paula Godinho (“Grupos sociais e culturas de orla em mudança entre Chaves e Verín”); Humberto Martins (“Uma aldeia portuguesa... à volta Galiza. Olhando de perto e de longe às semelhanças entre portugueses e galegos”).

O livro congrega assim uma multiplicidade de análises sobre a fronteira luso-espanhola efectuadas por investigadores de distintas disciplinas, sendo assinalável a significativa presença de antropólogos, que assinam 6 dos 13 artigos que compõem a obra. Na impossibilidade de se recensear aqui a totalidade destes textos, destacarei apenas alguns que agrupo em torno de três eixos temáticos: (i) processos de identificação; (ii) mudança social; (iii) práticas de cooperação transfronteiriça.

No que concerne ao primeiro eixo, evidencio os textos de Justo Beramendi sobre a análise da evolução do papel atribuído a Portugal nas diferentes fases do “ideário galeguista” entre 1840 e 1936, de Camino Noia sobre os estereótipos produzidos sobre portugueses e galegos “na literatura de tradição oral”, de Martín Gómez-Ullate e de Eusebio Medina. Martín Gómez-Ullate expõe os resultados de uma investigação intitulada “Olhares Cruzados. Hacia una antropología de la experiencia hispano-lusa. Percepciones, representaciones, imágenes y experiencias entre españoles y portugueses”, propondo a construção de um espaço museológico “vivo y dinámico de nuestras relaciones y de nuestras miradas cruzadas” (p. 41). Todavia, o texto mais profícuo deste grupo é, quanto a mim, o de Eusebio Medina pela problematização do conceito de “identidade raiana”. Como refere o autor: “Los *rayanos* son diversos y, hasta la fecha, han sido percibidos como tales más por la gente de fuera que por ellos mismos; y a pesar de haber estado más condicionados por la existencia de la frontera política que el resto de los nacionales de ambos países, no parecen haber desarrollado símbolos identitarios propios y tienden a reacomodar su identidad social a las identidades locales y nacionales respectivas. (...) Curiosamente, el sentimiento de identidad nacional parece que se refuerza por la mayor interacción con el *Otro*, el cual denota una figura esencialmente ambigua, pues es percibido a la vez como un problema y como una oportunidad” (p. 136).

Relativamente às questões de mudança social, destaco os textos de Paula Godinho e Valcuende del Río sobre dois extremos da fronteira, respectivamente, a raia de Chaves e a raia andaluza. Paula Godinho descreve as mudanças produzidas pelos processos de desruralização e desagrarização na raia de Chaves e de Verín e do seu impacto nos diferentes grupos sociais. Valcuende del Río analisa os processos de territorialização das fronteiras - relacionados com a sua demarcação - e de desterritorialização - concatenados com a sua diluição funcional. Particularmente estimulante é a análise relacional efectuada por este autor entre turismo e redefinição, ampliação e perda de significação do espaço fronteiriço.

No que respeita às práticas de cooperação transfronteiriça, saliento o artigo de Xosé Manuel Cid, Lurdes Carita, Santiago Veloso e Xerardo Feijóo sobre a experiência “Ponte... nas ondas!” definida pelos

autores como “unha experiência pedagógica que desde a sua orixe fomenta a radio interescolar como medio de comunicación entre centros educativos galegos e portugueses, co obxectivo de buscar elementos culturais transfronteirizos, e procurar ‘pontes’ que eliminasen as barreiras de comunicación que se construíron con estas fronteiras, tanto entre pobos veciños da raia galego-portuguesa, como entre pobos mais lonxanos, portadores de elementos culturais e lingüísticos semellantes” (p. 165). O texto constitui uma biografia de “Ponte...nas ondas!”, traçando a sua história desde as primeiras 12 horas de emissão a partir de dois estúdios em Salvaterra de Miño e Monção no ano de 1995 (após a inauguração da ponte internacional que uniu as duas localidades) até à apresentação à UNESCO da candidatura do Património Imaterial da Galiza e do norte de Portugal em 2005, relatando ainda a participação de artistas como Uxía Senlle, João Afonso, Caetano Veloso, Manu Chao, etc e o alargamento do projecto à Rede das Escolas Associadas da UNESCO. Esta auspiciosa experiência transfronteiriça, levada a cabo por alunos e professores portugueses e galegos, desagrava o tom funesto, patente em alguns textos, decorrente do exame do afastamento das populações dos dois flancos da raia, paradoxalmente provocado pela abertura da fronteira, vingando ainda o relativo insucesso da cooperação transfronteiriça que tem vindo a ser promovida e assistida por Bruxelas.

Eduarda Rovisco  
CEAS/CRIA

**Benjamim Pereira (coord.)**

***Rituais de inverno com máscaras***

**Instituto Português de Museus, 2006**

Concebido como um catálogo que acompanha a exposição que em Dezembro de 2006 inaugurou a remodelação do edifício do Museu do Abade de Baçal, na cidade de Bragança, *Rituais de Inverno com Máscaras* acaba por ser uma obra que perspectiva o actual empreendimento etnográfico de alguns investigadores no terreno das festividades populares do Nordeste Transmontano, que integram o chamado “Ciclo de Inverno”.

Entre os autores presentes neste livro, Benjamim Enes Pereira merece um destaque especial, tanto pelo papel na orientação científica da exposição e desta obra colectiva, como pela importância que as suas obras e o seu trabalho de várias décadas têm na antropologia e na museologia portuguesas e pelo conhecimento etnográfico profundo do complexo festivo transmontano e dos rituais que o caracterizam.

Enquanto a exposição pretende mostrar o património etnográfico, o catálogo reúne textos de antropólogos - Miguel Vale de Almeida, Paula Godinho, João Leal, Paulo Raposo, Clara Saraiva e do próprio Benjamim

Pereira - que, sob diferentes perspectivas e experiências de terreno, analisam as festas do Ciclo de Inverno, relacionando-as com as transformações profundas que, nas últimas décadas, marcaram o contexto social das comunidades rurais da região. “Uma estranha sensação de permanência e mudança” (p. 37), é como Benjamim Pereira reflecte sobre as duas décadas em que investigou no terreno das festas do Nordeste Transmontano.

A permanência e a mudança são também as lentes com que Paula Godinho, no texto *As «loas» que contam uma festa: permanência e mudança na Festa dos Rapazes*, analisa as Festas do Natal de Varge, no concelho de Bragança, focando um aspecto específico das suas celebrações, as “loas”. Textos de crítica social ritualmente recitados, as “loas” remetem para um momento especial da festa, quando os “caretos”, em *performance* encenada e sarcástica, revelam à audiência “os segredos” e os acontecimentos que afectam a aldeia e os seus habitantes. O conteúdo destes textos adaptaram-se a questões actuais e às transformações da festa e do contexto local. A partir dos anos 80, verifica-se uma revitalização de tradições locais que pressupõe estratégias das populações para garantir a continuidade das festas, em contextos marcados por profundas mudanças - desruralização, emigração, envelhecimento da população. As “loas”, enquanto mecanismo de auto-reflexão, facilitam o posicionamento da festa entre dois tempos, o passado e o presente, espaço onde a Festa encontra o seu ritmo actual, marcado, por um lado, pela revalorização e afirmação identitária local e regional e, por outro, pela desvinculação da memória da aldeia enquanto projecção e reprodução de relações sociais.

Miguel Vale de Almeida apresenta uma reflexão sobre Ousilhão, onde raparigas se tornaram protagonistas da festa. *Quando a máscara esconde uma mulher* não nega as mudanças do papel das mulheres em Portugal, procura antes esclarecer como a questão identitária, de género ou de outro nível, não depende directamente de dinâmicas de transformação associadas à criação de identidades locais. Recorrendo à teorização de Judith Butler sobre o género como *performance*, assume que se o corpo for entendido como uma unidade de “ficção cultural e regulatória”, o uso da máscara é perturbador porque elimina as correspondências entre a aparência e a ordem de género, embora a distribuição de papéis continue a basear-se nas distinções de género e idade. A máscara actua como o elemento que elimina a relação directa entre a utilização performativa e a representação do género. À dicotomia simbólica entre masculino e feminino sobrepõe-se o mascarado, representando a transgressão e o mal, mas também a afirmação da genuinidade e da autenticidade inerentes a este processo de afirmação identitária.

Os *caretos* são figuras mascaradas associadas a uma identidade simbólica que surge nas festas de Carnaval, na aldeia de Podence. Paulo Raposo, no texto “*Caretos*” de *Podence: um espectáculo de reinvenção*

*cultural*, percorre a literatura antropológica sobre o Carnaval e a festa, em diversos contextos etnográficos. As festas de Podence, descontinuadas nas décadas de 60 e 70, têm passado por processos de revitalização e de transformação do ritual em espectáculo, promovidos por agentes externos e internos ao contexto local. Novas condições económicas e sistemas de valores em transformação coincidem com uma nova auto-representação social da aldeia. Tradições e autenticidade são reinventadas e reencenadas através de processos de “reimaginação”, que as recontextualizam e transportam para fora da comunidade, com um novo formato de produto de consumo cultural.

João Leal em *Percursos entre festas* conduz-nos entre Trás-os-Montes e os Açores, através de um exercício comparativo entre as Festas dos Rapazes transmontanas e as Festas do Espírito Santo açorianas. Mais do que procurar as semelhanças ou diferenças entre estas festividades, João Leal pretende articulá-las com os processos de mudança do mundo rural contemporâneo, no sentido de compreender as transformações que as festas têm verificado. Uma das respostas possíveis pode ser dada pela relação com os processos migratórios, com diferentes características em ambos os contextos, que no caso açoriano não só fortaleceu as Festas e o papel dos emigrantes na sua promoção, como gerou um movimento de recriação das Festas nos países de acolhimento, nomeadamente nos EUA e no Canadá. No caso transmontano, não só não se verificou a revitalização, como também não houve movimento de recriação, o que se pode explicar pelo facto de o projecto migratório transmontano envolver, pelo menos idealmente, a ideia do retorno. Ambas as Festas foram posteriormente utilizadas como discursos afirmativos de uma identidade regional mais ampla e, especialmente, no caso transmontano, traduzidas em “cultura tradicional” de modo a representarem a “tradição cultural” no mercado da patrimonialização.

As festividades do nordeste transmontano reservam um tempo e um espaço para as relações entre o mundo dos vivos e o dos mortos, onde os manjares rituais, as personagens mascaradas, o fogo, os peditórios e roubos rituais, as oferendas aos mortos, constituem elementos simbólicos de ritos de passagem entre os dois mundos. Em *Rapazes e almas no período invernal*, Clara Saraiva descreve as festas que observou na zona de Bragança e Macedo de Cavaleiros, destacando três conjuntos de elementos que permitem compreender o contexto cerimonial: a inserção destas festas no ciclo de Inverno, que se inicia no Dia de Todos os Santos (instituição católica que se sobrepôs às antigas festas dos mortos), quando é mais intensa a relação entre o mundo dos vivos e o dos antepassados; as dádivas e contra-dádivas que circulam entre os dois mundos e que caracterizavam os antigos ritos fúnebres; e a caracterização das personagens intervenientes nos ritos de passagem, onde o mascarado, ser liminar, representa simbolicamente a união entre os dois mundos.

Revisitado por vários autores e em diferentes contextos, o estudo das festas tem ganho novas dimensões através do cruzamento com outros

temas da antropologia e pela análise à luz de um contexto teórico revitalizado. É um livro também para visitar, um bom ponto de partida - e de chegada - para quem se inicia na pesquisa sobre as dinâmicas da festa, um tema actual e profícuo. Finalmente, uma nota para as imagens dos trajes e máscaras presentes no catálogo, resultantes da recolha de Benjamim Pereira. Tal como as festas que ilustram e narram, também estes exemplares são hoje alvo de um novo olhar que lhes confere não só uma dimensão narrativa destes rituais, mas também a de “objectos visuais” que contribuem para a sua patrimonialização e mercantilização.

Diana West e Cristina Moreno

FCSH-UNL

**Policarpo Lopes**

***A Modernidade Alimentar. In (E)volução simbólica do acto alimentar***

**Lisboa, Edições Colibri e CEOS – Investigações Sociológicas, Coleção CEOS/Inquéritos, 2006**

Publicado em 2006, este livro surge como um importante e curioso exercício reflexivo na compreensão e análise do acto alimentar, no contexto contemporâneo português.

Uma vez que, a par de outras manifestações e representações sociais, o acto alimentar, para além de ser uma necessidade biológica, se assume como uma forma de expressão cultural e simbólica, de divisão de género e classe (que pauta os diferentes estádios da vida, traçando as suas fronteiras espacial e temporalmente), segundo o autor, o objectivo deste livro é, através dum “olhar socioantropológico”, pensar o acto alimentar e o modo como este é “vivido, pensado e representado pelos indivíduos e grupos sociais, não só como um meio de satisfazer uma das pulsões primárias do homem, enquanto garante da sua conservação e sobrevivências, mas também como um dos vectores centrais do sistema social e cultural” (pp. 8-9).

Deve-se atentar, antes de mais, no título da obra, sobretudo, em alguns termos aqui empregues, nomeadamente, “modernidade alimentar” e “involução”. Após uma análise ao significado de *modernidade* em linguagem corrente e em termos sociológicos, Policarpo Lopes explica que, na sua reflexão, *modernidade alimentar* “designa as práticas e os comportamentos individuais e colectivos, vividos, pensados e representados em torno do acto alimentar, em toda a sua extensão e envolvência, no contexto de mundialização e de pós-globalização” (p.11). No que diz respeito à noção “involução”, o autor sublinha que ela deve ser entendida como a “integração de certos elementos da simbólica

tradicional-ascética, num processo de transacção com outros elementos de outras ordens simbólicas que a modernidade desenvolveu, donde resultou uma recomposição dos modelos alimentares (...)” (p. 158). Sendo que esta involução simbólica resulta “da reacção contra o peso hegemónico da homogeneização alimentar e dos efeitos perversos da modernidade alimentar” (p.158).

É preciso ainda acrescentar que, para o autor, a modernidade alimentar funciona num duplo movimento: de um lado a homogeneização do regime alimentar à escala mundial e de um outro o movimento de resistência à essa hegemonia, através da revitalização das cozinhas tradicionais, étnicas, revalorizando e reinventando não só as gastronomias locais e “singulares” como as identidades que se conectam com estas.

Relativamente à estrutura, o livro está dividido em duas partes e uma conclusão, que serve de síntese e reflexões finais. A primeira intitula-se “Formas de compreensão da semiose do acto alimentar” e é composta por dois capítulos, a saber: “O acto alimentar, uma invariante socioantropológica e um «facto social total»” e “Cumulatividade de saberes na procura de sentido para as práticas alimentares”.

No primeiro capítulo desta primeira parte é esclarecido que a construção do conceito de acto alimentar pode ser feito de dois modos: “Um orienta-nos para os procedimentos normais dos sociólogos que, na produção de conhecimentos, privilegiam o recurso à técnica da ruptura e da objectivação, e o outro explora o horizonte semântico da pragmática dos fenómenos estudados.” (pp.21-22). Policarpo Lopes opta pelo segundo modo metodológico. Apoiando-se na raiz etimológica dos termos usados na linguagem corrente deste acto, o autor procura explorar e circunscrever “os contornos do horizonte semântico do conceito, constituindo, assim, aquilo que poderíamos considerar uma semântica da pragmática do acto alimentar” (p.22)

No segundo capítulo o autor determina quatro “axiomas que funcionam como quatro pressupostos epistemológicos de base e orientação (...)” (p.63) para a análise das “linhas de inteligibilidade do agir, da racionalidade, da simbólica do acto alimentar no nosso contexto histórico e social” (p.63). O primeiro dá primazia a uma sociologia disposicional, “visando identificar o suporte matricial dos modelos alimentares dos portugueses” (p.63). O segundo é o que Policarpo Lopes apelida de conceito de traçabilidade, “não no sentido específico da sua aplicabilidade à identificação da trajectória dos diversos produtos alimentares, mas extensivo à complexidade disposicional dos hábitos e modelos alimentares dos portugueses” (p.63). O terceiro está relacionado com os anteriores e é formalizado no conceito de “transacção sociocultural” (p.63). Finalmente, o quarto elege a recolha de narrativas como ferramenta empírico-analítica, “para satisfazer as exigências do confronto das hipóteses que sustentam a abordagem com o real vivido, as variações intra e interindividuais nos diferentes contextos e situações em que se inscreve o acto alimentar” (p.63)

Deste modo, esta primeira parte centra-se na investigação de uma interpretação do acto alimentar, enquanto fenómeno humano e facto social total e, simultaneamente, no entendimento das identidades do consumidor e do alimento, que se metamorfoseiam nos diferentes territórios e tempos em que o acto alimentar se processa. Também é feita, aqui, a leitura da transição de um regime de carência para um regime de abundância alimentar, procurando-se compreender a dinâmica entre indivíduo e alimento até aos nossos dias.

A segunda parte do livro – “Evolução dos modelos alimentares dos portugueses” – está dividida em quatro capítulos (“Regulação tradicional ascética: os esfomeados e os que comem bem e à francesa”; “Da regulação ascética à regulação hedonista – os «revanchistas» gastrólatras”; “A regulação hedonista individualista. Os «gastrolastress» ” e por fim o quarto “A «Macdonaldização» da alimentação: o consumidor livre e a geração *fast-food*”) correspondendo cada um destes capítulos a quatro situações ideal-típicas que o autor analisa.

No capítulo um desta segunda parte, para uma simplificação da sua tese e para a compreensão dos diferentes espaços sociais neste contexto, é explicado que a reflexão do autor assentará “nos três pilares do triângulo alimentar: o sujeito do acto alimentar, os alimentos consumidos e a situação onde eles se inscrevem” (p.78) e no modo como este (triângulo) surge nas quatro situações apontadas.

Em cada um dos quatro capítulos o autor recorre a diferentes narradores de diferentes faixas etárias, zonas geográficas, classe social, sociabilização, relações com o acto alimentar, para a compreensão dos diferentes ideal-tipo, concluindo desse modo que a situação do acto alimentar sofreu profundas alterações desde a segunda metade do século XX até aos inícios do século XXI. O recurso a fragmentos discursivos dos indivíduos auscultados permitiu compreender a mudança que se processou de uma alimentação de penúria para uma de abundância e o impacto da globalização nas transformações do modelo alimentar dos portugueses e a própria simbologia do acto alimentar. O autor verifica, igualmente, que na transição de uma alimentação de penúria para uma de abundância também o triângulo alimentar sofre alterações (sujeito, alimentos, situação).

A obra de Policarpo Lopes apresenta-se como um valioso testemunho ao entendimento da modernidade alimentar dos portugueses, na medida em que permite compreender, de modo transversal, as alterações que se processaram no acto alimentar. Permite reconhecer que as modificações, de um regime de penúria para um regime de abundância, associadas à globalização mundial, foram profundas e implicaram a reformulação da identidade do sujeito e do alimento, da própria simbologia do acto alimentar.

Tiago Oliveira  
Mestrando UNL/FCSH

**Manuela Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Johanna Schouten, Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento**

***Vidas na Raia – Prostituição feminina em regiões de fronteira,*  
Porto, Afrontamento, 2008**

Com alguma frequência, os *media* mostram operações policiais contra bares de alterne, sendo noticiada a identificação ou mesmo a prisão de mulheres, que deixaram de ser perseguidas como prostitutas para que a polícia as moleste como imigrantes clandestinas. Esta realidade ganha um carácter mais complexo nas regiões da fronteira, como se viu em 2003, num fenómeno com contornos xenófobos que ficou conhecido como «Mães de Bragança». Uma equipa dirigida por Manuela Ribeiro, da UTAD, com cientistas sociais de três universidades fronteiriças portuguesas (Minho, Beira Interior e Trás-os-Montes e Alto Douro) dedicou-se ao estudo desse «*campo social complexo*» da prostituição raiana, com a finalidade de «*compreender e explicar os mecanismos e factores subjacentes a este fenómeno, recorrente e metamórfico*» (p.30) em termos locais, regionais, nacionais e transnacionais. Em 1996 o Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade do Minho foi convidado pela CIDM-Norte, pelo Centro Regional da Segurança Social do Norte e pelo Servicio Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller da Consellería de Família, Muller e Xuventude, a participar num projecto financiado pelo Interreg II, em parceria com a Universidade de Vigo. Por «*constrangimentos financeiros e pela ausência de vontade política da administração portuguesa*» (p.25n), que não cumpriu a sua parte quanto aos financiamentos, o projecto foi inviável, o que explica que a equipa não enquadre investigadores do estado espanhol. Com financiamento da FCT, esta pesquisa iniciar-se-ia em 2001, contemplando seis eixos transfronteiriços da prostituição através de investigadores de áreas disciplinares variadas das ciências sociais, por vezes confrontados com a incompreensão, o cinismo ou a desconfiança dos próprios colegas e amigos.

Os estudos realizados fora de Portugal acerca do fenómeno da prostituição actual haviam merecido atenção, associando-o à saúde pública, à toxicodependência e ao crime. Aqui, só haviam sido produzidas algumas monografias, sendo poucos os estudos sobre a matéria. Também a fronteira entre Portugal e Espanha fora alvo de abordagens em torno do contrabando, das memórias associadas ao auxílio prestado aos vizinhos espanhóis durante a Guerra Civil e dos movimentos migratórios dos anos '60 e '70, permanecendo bastante inexplorado o objecto desta pesquisa, em que se interroga “*Como compreender e explicar o recorrente*

*fenómeno histórico da prostituição? Quais as causas ou factores estruturantes da sua (re)emergência designadamente nas sociedades modernas e, em particular, na região transfronteiriça entre Norte de Portugal e Galiza-Castela-Leão? Como se organizam os promotores, que mudanças, que traços comuns e/ou específicos apresenta a actual configuração da prostituição face às formas tradicionais designadamente em meio urbano, semiurbano rural do norte, nomeadamente nas regiões transfronteiriças? Até que ponto é possível, desejável e exequível a abolição desta prática social? E, em caso negativo, até que ponto é possível minorar os seus efeitos negativos ou perversos para as próprias protagonistas, para os clientes e para a sociedade em geral?”*(p. 31)

Os autores pretendem “evocar e dar continuidade à já histórica e marcante «tradição de ilicitudes» fronteiriças” (p.112), abordando a prostituição de orla, quer em casas de alterne, quer ao longo das estradas fronteiriças. Os estabelecimentos situam-se nos eixos viários transfronteiriços que ligam os centros urbanos mais próximos da fronteira, ultrapassando o fenómeno dos designados *barrios chinos*, em que se acantonava a prostituição até aos anos '80. Desde então, a associação da prostituição a estabelecimentos localizados nos arredores das cidades, construídos ou adaptados para o efeito, realocizou o fenómeno. Esta modalidade intensificou-se com a liberalização de fronteiras nos anos '90, surgindo mesmo uma associação, a ANELA (Asociación Nacional de Empresários de Locales de Alterne), que evidencia a “*crescente organização e profissionalização do sector, bem como um pendor para a concentração que não pode ser dissociada das tendências que marcam o modo de funcionamento global do capitalismo.*” (p.115). Alguns autores haviam notado que a prostituição não se encontra em todas as fronteiras e também não existe só na raia. No contexto estudado, a visibilidade do «efeito fronteira» fica expressa na elevada concentração de clubes na zona raiana, densificando-se nas áreas próximas de Portugal quando a oferta é mais escassa do lado português. É assim em Fuentes de Oñoro, com mais de 90% dos clientes portugueses, em Tui-Vigo e em Verín, com 70 a 80%, justificando-se a presença de cidadãs brasileiras pela clientela portuguesa. Distinguem a «prostituição abrigada» em clubes, da «prostituição desabrigada», com seis retratos breves de mulheres prostitutas de rua. Na zona fronteiriça com Trás-os-Montes detectaram 39 estabelecimentos, sobretudo nas rodovias entre centros urbanos, em que a preocupação de conciliar acessibilidade com privacidade é central. Já na área da Beira Interior a volatilidade dos estabelecimentos foi maior, com 17 clubes do lado português, 13 dos quais em zonas rurais, e 11 em Fuentes de Oñoro, praticando preços de 30 euros por *copa*, e 30 ou 35 por serviços sexuais. A zona do Minho mostrou maior complexidade. Por um lado, os donos das casas de alterne desenvolvem actividade nos dois países, tendo

igualmente negócios paralelos. Por outro, existe uma prostituição de beira de estrada, que tem como protagonistas mulheres mais velhas, toxicodependentes e jovens sem filhos, sendo nesse caso recorrente a existência dum chulo, ao contrário dos clubes.

Apresentados o problema, os métodos e o enquadramento espacial, caracterizam-se as origens sociais e o trajecto de vida das mulheres, construindo perfis sóciodemográficos que permitem entender a entrada na prostituição como um «destino» social não sonhado, marcado pelo estigma e pela repressão.

A modalidade da prostituição associada a clubes, considerada mais segura pelas prostitutas, tornou-se frequente ao longo das últimas décadas na área geográfica abrangida, com uma renovação frequente das mulheres que ali se encontram, sendo prevalecente a presença de imigrantes (64%). É o carácter de imigrantes ilegais, por vezes inseridas em redes transnacionais, que explica a mobilidades incessante entre clubes. Essa itinerância das prostitutas migrantes só pode realizar-se depois de superadas as situações de subjugação extrema na fase inicial dos processos migratórios, devido à amortização de dívidas: um proprietário de clube brinca com as palavras e com a condição das mulheres, afirmando que não são imigrantes mas turistas, escamoteando a associação com redes internacionais de circulação de mão-de-obra sexual.

Num capítulo dedicado aos quotidianos de vida e trabalho das mulheres, aborda-se a sua valorização física, como incorporação da ocupação – com uma atitude corporal, um vestuário, uma maquilhagem, uma mímica e uma linguagem que remetem para “*a erotização do corpo da trabalhadora sexual e para o estímulo do desejo dos clientes*” (p. 299), camuflando-se o carácter negocial da situação numa discreta e dissimulada ocultação do pagamento antes de *subir*. Na relação instrumental que estabelecem, as motivações e comportamentos dos clientes que circulam entre os dois lados da fronteira, «mal casados e mal amados» segundo uma prostituta, merecem atenção num outro capítulo. Identificam-se três tipos: *o sexualmente «indigente»* (denunciado pelas próprias expressões que utiliza: «mudar o óleo» «despejar» «malhar», «descarregar» «dar a trancada» «desenferrujar o material»), *o sexualmente expansivo* (que busca práticas interditas com a mulher ou a namorada, que associam o prazer à comprovação da *performance* sexual e a uma experiência de *self-empowerment*) e *o emocionalmente implicado*, que se prende afectivamente. Os comportamentos sexuais de risco, prescindindo do preservativo, advêm quer de construções de masculinidade hegemónica, quer da proximidade afectiva estabelecida, que inibem a prevenção.

Em 2003, em comunicados produzidos por um pretense movimento, denominado «Mães de Bragança» aludia-se aos meios e poderes utilizados por mulheres prostitutas brasileiras para desencaminharem os homens locais – os seus atractivos físicos, a sua elevada depravação sexual, o alegado recurso à feitiçaria e à magia. Através de tais recursos, conseguiam desviar os bons pais de família bragançanos, convertendo-os em vítimas indefesas. Exigiam as ditas «mães» a expulsão das mulheres brasileiras e um aumento do controlo policial sobre os locais onde operavam. À luz deste enquadramento, ganham outra textura dois capítulos desta obra, um que apresenta as mulheres como sustentadoras de famílias e um outro, intitulado “As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição extrema”, em torno da maternidade valorizada, ainda que precoce e accidental, de quem teve de assumir a responsabilidade exclusiva dos filhos, agora à distância. Perante este *movimento*, descrito por um jornalista como «inventona televisiva» (p. 198), algumas mulheres entrevistadas demonstram ter apropriado os aspectos étnicos e sócio-psicológicos associados à estigmatização. Apropriando-se da expressão dos *minstrel shows*, em que os participantes na imitação dos bailes de escravos negros se pintavam de negro para melhor assumir o papel, as prostitutas entrevistadas ajustaram-se de forma estratégica, num processo de *minstrelização* que enfatizou o estigma, pela cor da pele, a pronúncia, o vestuário, o comportamento extrovertido, expressivo e desinibido.

Constituindo a prostituição um campo complexo, entre o género, o poder, as classes, o feminismo e o sexismo, demonstra-se nesta obra como nela se plasman os tráficos mundiais actuais. O carácter ecuménico do *whore stigma* projecta preconceitos e formas de controlo ideológico, mascarando relações de dominação e subordinação, e obscurecendo duas situações, marcadas pela injustiça e pela discriminação: por um lado, as mulheres que a praticam são sobretudo provenientes de classes sociais destituídas de recursos; por outro, existe um tráfico globalizado que implica uma circulação dos países pobres para os países ricos.

Esta investigação pormenorizada, de grande importância pela quantidade e qualidade dos materiais que traz à colação, é de leitura imprescindível para quantos trabalham quer sobre o fenómeno da prostituição, quer sobre o carácter actual das fronteiras. Visou conhecer as mulheres que a exercem, sobretudo no norte; compreender interesses e motivações dos clientes; perceber os tipos principais de prostituição na raia norte; examinar os quadros institucionais e legais de enquadramento da prostituição; conhecer normas e práticas de diversas entidades; analisar a prostituição como condição prévia para uma política sexual;

promover a saúde pública e combater a criminalidade organizada. O perfil implicado da equipa ajuda-nos a entender a afirmação duma mulher, depois duma entrevista, referindo que pela primeira vez desde que chegou [a Portugal?] se sentiu tratada como gente (p. 89). É essa mesma implicação no terreno que conduz os investigadores a anotarem um conjunto de recomendações, sendo um pouco dúbio a quem se dirigem. Se no caso das equipas correspondentes à Universidade do Minho e à UTAD se releva a qualidade do trabalho, a maior fragilidade do projecto terá sido sentida no caso da equipa da Universidade da Beira Interior, devido a um enviesamento na entrada no terreno, só explicável por ingenuidade e falta de experiência dum terreno resvaladiço como este. Acompanhando agentes policiais, a equipa acabou por ser assimilada à própria polícia, perdendo os investigadores a confiança dos que pretendiam abordar. Ainda assim, a possibilidade de penetrar no universo das casas de alterne e da prostituição de raia através das forças policiais é sobretudo reveladora do estreito interconhecimento entre polícias e *empresários da noite*.

Paula Godinho  
FCSH-UNL, CRIA